



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**MEMÓRIAS DA TRAVESSIA: UM RELATO DE RESISTÊNCIA
E SOLIDARIEDADE NA FRONTEIRA JAGUARÃO¹**

Darlise Gonçalves de Gonçalves²

Resumo: Este estudo objetiva refletir sobre o papel ocupado pelas redes de mobilidade atuantes na fronteira cidade de Jaguarão - RS dentro da ampla agenda de resistência ao regime ditatorial civil-militar estabelecido em 1964 no Brasil. Esses grupos eram responsáveis por auxiliar na Travessia para o Uruguai daqueles, que sendo perseguidos por motivos políticos, deixavam o País. Travessia esta que está muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, sendo fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota, até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizam com a causa. Com base no mapeamento, realizado a partir de relatos orais e imprensa local, de aspectos da vida cotidiana dessa cidade, buscamos enxergar como essas particularidades afetam direta ou indiretamente a configuração e o modus de atuação das redes de mobilidade, formadas pelos mais diferentes atores sociais, atuantes nesta fronteira. Visando assim, demonstrar seu papel central na garantia do êxito da atividade de passada. Por fim, salientamos que com este trabalho desejamos apontar aspectos que fizeram com que essa pequena cidade se insira em uma lógica mais ampla estabelecendo contatos locais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais através destas redes, sendo de vital importância para o esquema de resistência e exílio de alguns quadros contrários ao regime de 1964.

Palavras-chave: Travessia, redes de mobilidade, fronteira, resistência, ditadura civil-militar de Segurança Nacional.

INTRODUÇÃO

No que diz respeito à resignificação do mundo social após a ocorrência de eventos traumáticos, há um significativo contraponto entre as memórias subterrâneas e a memória oficial (POLLAK, 1889). Isso porque “sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da História, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de

¹ A presente comunicação é referente à pesquisa de mestrado da autora que está ainda em andamento, assim os resultados e discussões aqui presentes são parciais.

² Mestranda em História, Universidade Federal de Pelotas - UFPel, contato: darlisehistoriadora@yahoo.com. Apoio financeiro: CAPES.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



memória”, estes por sua vez são “resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento” (RIDENTI, 2004, p.49). Nesse sentido, se tratando dos processos de redemocratização ocorridos no Cone Sul nas últimas décadas do Século XX, há um severo contraste entre intencionalidades distintas por trás da transmissão das memórias referentes ao período. Nesse cenário de intensas disputas de memória se por um lado há o protagonismo daqueles que desejam justiça diante dos crimes cometidos pelo Estado, há por outro esse mesmo Estado buscando apagar os rastros do seu passado autoritário a partir de uma mensagem de um novo futuro, que sepulta seu entulho repressivo e taxa toda e qualquer contestação de puro “revanchismo”, acentuando assim o caráter “destruidor, uniformizador e opressor” das memórias oficiais (POLLAK, 1989, p.4).

De acordo com Nora (1993, p.10) temos na história a mais forte tradição coletiva, desenvolvida a partir de um exercício de regulação da memória, deixando-a cada vez mais positiva em relação aos anseios do presente, assim para esse autor “todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva”. No caso da ditadura brasileira após a redemocratização o País adotou uma postura “apaziguadora” que buscava a partir do silêncio sepultar todo o entulho autoritário daqueles longos vinte um anos. Segundo a historiadora Denise Rollemberg (apud. BAUER, 2012, p.116), “no Brasil pós-abertura, quando a democracia passa a ser valorizada, há uma reconstrução do passado a partir do presente. Nessa reconstrução, esquece-se o que houve para esquecer o aval dado”.

Todavia, que em muitas ocasiões os Estados Nação se valerem/valem de uma reconstrução histórica favorável à legitimação de seus projetos não é nenhuma novidade. Entretanto o ponto em questão é que em um cenário transitório, em que não houve de fato ruptura, mas sim um “acordo de camaradas” que chancelou a impunidade dos militares, “a elite política e os meios de comunicação propagandearam a ideia de uma “Nova República”, a partir de 1985” e “o país entrou em uma espécie de latência” (FICO, 2020, p.31-32).

Diante disso a sociedade se tornou incapaz de se perceber enquanto vítima de uma ditadura, o que acabou por isolar os familiares de mortos e desaparecidos políticos em sua busca por verdade, memória e justiça (BAUER, 2012). Essa postura implicou na não superação do passado, sendo necessário transcorrer os primeiros dez anos da nova democracia para que as primeiras medidas da chamada justiça de transição fossem tomadas.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Diante desse cenário onde “estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas” (PORTELLI, 2000, apud. PEREIRA, 2015 p.107). Devemos levar em consideração nessas disputas os diferentes meios de transmissão e mediação dessas memórias incluindo até mesmo aquelas que foram estruturalmente silenciadas e/ou esquecidas, isso porque no processo de escrita da história (MORAES, 2011, p.7),

há que se ter em mente que os modos de produção e, particularmente, os meios de produção de uma imagem social sobre o passado, dos textuais aos iconográficos, são eficazes na medida em que são socialmente reconhecidos como passado, ou seja, como narrativas verdadeiras sobre um tempo passado, e são apropriados socialmente. Sendo assim, imagens sobre o passado partilhadas socialmente não podem em momento nenhum ser divorciadas de seus processos de construção sociais e culturais e das condições simbólicas que permitem que uma narrativa sobre o passado seja reconhecida como verdadeira e outra não.

Atrelado a esse processo de construção de símbolos, está também às formas de apreensão e significação da memória social pelas diferentes gerações. E nesse cenário de constantes mudanças, os arranjos históricos e as narrativas socialmente aceitas enquanto explicações do mundo social são cambiantes de acordo aos anseios e aspirações dos grupos humanos em questão. Que condicionados pela lógica do jogo de poder vigente, tende a silenciar algumas histórias em detrimento de outras favoráveis dentro dessa dinâmica, fazendo com que aquelas memórias incômodas e dissonantes sejam clandestinizadas.

Nesse sentido, reside a importância de se trabalhar com a fonte oral na busca de construir um possível entendimento de como se deu a formação de determinadas memórias socialmente aceitas, uma vez que, essa fonte não nos diz apenas sobre um determinado evento em questão, mas sim as formas como esse evento foi experienciado e ressignificado pelos narradores. Para Carlos Fico (2012, p.47), essa abertura à fonte oral se dá justamente pelos contornos adquiridos pela História do Tempo Presente, sobretudo nos estudos que se referem a eventos traumáticos, tornando a questão do testemunho proeminente, frequentemente a partir de um “propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento”. Propósito este que não deve desqualificar essa fonte, mas muito pelo contrário uma vez que foi (e é) o caráter militante da História do Tempo Presente voltada para esse período, que apoiada nos testemunhos das vítimas permitiu a ocorrência dos primeiros esforços de sistematização acerca desse passado, possibilitando assim que a sociedade se posicionasse criticamente



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



diante dos fatos. Nesse sentido, “la construcción de fuentes orales, para el tratamiento de fenómenos sensibles o traumáticos há demostrado ser una via de sensibilización y concientización para diversos públicos en los que ese tipo de investigación se difunde” (SOSA, 2020, p. 29), sendo esse aspecto para Padrós (2009, p.32) “função vital da História do Tempo Presente”. Um exemplo claro dessa movimentação, são as primeiras exigências por Verdade, Memória e Justiça durante o pós ditaduras no Cone Sul.

OS SUBTERRÂNEOS DE UMA CIDADE SEM PASSADO: SILÊNCIOS DE UMA (DES)MEMÓRIA DA FRONTEIRA

No Brasil, o período ditatorial pode ser considerado como o evento chave para a compreensão de sua história recente, de acordo com Carlos Fico (2014, p.7) “dificilmente se compreenderá o país de hoje sem que se perceba o verdadeiro alcance daquele momento decisivo” que se desenvolveu de diferentes formas ao longo do vasto território nacional. No entanto, o interesse acadêmico (e público) a respeito desse passado, extremamente presente, é algo recente. Segundo o autor (FICO, 2017, p.7), “até os anos 1980, os debates teóricos sobre os regimes militares latinos americanos, inclusive o brasileiro, diziam respeito a modelos gerais de interpretação e se davam na ciência política”. Transcorridos trinta anos, em 1994, o interesse da parte dos historiadores por essa temática ainda era relativamente pequeno (FICO, 2020) e pautado em descobertas empíricas decorrentes da abertura, no final da década anterior, de alguns arquivos referentes ao período. Nos quarenta anos do golpe, em 2004, as iniciativas ainda eram estreitamente pontuais a alguns Programas de Pós-Graduação e pautadas em novas problemáticas como a “suposta vocação golpista da esquerda” e a luta armada (FICO, 2020; 2017), tendo como centro desses debates experiências ocorridas no centro do país, excluindo assim o protagonismo de agentes periféricos.

Já em 2014, data que marcou cinquenta anos do golpe, esse cenário mudou substancialmente, além do tema passar a ser pauta de interesse da sociedade em geral, figurando na mídia brasileira, foram realizados por todo o país e no exterior diversos seminários e eventos acadêmicos. Também é marcante nesse período o deslocamento dessas produções do eixo Rio de Janeiro/ São Paulo para outras territorialidades, atentando para as suas especificidades, o que veio a implicar na produção de uma historiografia mais completa



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



sobre o tema (FICO, 2020). Assim, ganhando cada vez mais espaço na cena pública dos últimos anos, a ditadura civil-militar brasileira pode ser hoje definida enquanto um tema que ultrapassa o campo da atuação do historiador, interessando ao cidadão em geral (FICO, 2012). Todavia, esse ainda não é o cenário perfeito. De acordo com o pesquisador Mateus Pereira (2015, p.887), alguns estudos comparativos referentes ao interesse do passado ditatorial por parte das novas gerações de argentinos uruguaios e brasileiros sugerem que os jovens do Brasil são os menos interessados nesse passado, e também, que são estes os com menores rejeições às “opções militaristas”. Nesse sentido, para o autor, temos no Brasil um cenário onde efetivamente fora o esquecimento que criou a memória.

Segundo a pesquisadora Caroline Bauer (2020) os estudos sobre essa temática só avançarão de fato quando os historiadores estiverem atentos as diferentes experiências protagonizadas pelos mais diversos tipos sociais que fazem com que as vivências, subjetividades e enfrentamentos do período sejam desveladas para além da dialética Estado e oposição armada. Atentando para as especificidades destas ao longo do território nacional.

No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, para o qual se volta essa análise, até meados da primeira década dos anos 2000 havia uma significativa falta de estudos monográficos ou textos congêneres que pudessem servir de parâmetro para a construção de uma “História do Rio Grande do Sul” durante a ditadura (RODEHERO, 2008, p. 1). Entretanto nos últimos anos esse panorama passou aos poucos a ser revertido. Em termos acadêmicos pode-se dizer que a coletânea *A Ditadura de Segurança Nacional No Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória* (PADRÓS, et.al. 2009) pode ser considerada o primeiro grande esforço de reunião e sistematização de produções que versem a respeito das particularidades do estado durante esse período.

Todavia, embora tenham ocorrido significativos avanços em termos de produção, os estudos voltados para as cidades de interior e pequeno porte nesse contexto ainda são uma novidade. Recentemente a editora da Universidade Federal do Rio Grande lançou o livro *Sombras No Extremo Sul: Luzes Sobre O Passado Ditatorial No Sul Gaúcho* organizada pelos pesquisadores Cristiano Engelke e Nilton Sainz (2019). Essa obra traz a reunião de oito artigos que abordam diferentes aspectos dos referidos anos nas cidades de Pelotas, Jaguarão e Rio Grande no intuito de suprir parcialmente esta lacuna indicando caminhos para pesquisas mais aprofundadas.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Voltado para espaços populacionalmente pequenos, este estudo visa pensar a fronteira gaúcha a partir de suas especificidades no que diz respeito aos mecanismos de controle e resistência adotados pela ditadura, bem como as estratégias cotidianas dos agentes fronteiriços para driblar a presença Estatal e atuarem dentro de complexas teias de solidariedade. No entanto, se tratando da fronteira Brasil e Uruguai investigações de maior folego ainda se voltam para as experiências desenvolvidas entre Santana do Livramento e Riveira (ASSUMPCÃO, 2011; 2014) e (ASEFF, 2008). Fronteiras menores, como é o caso de Jaguarão e Rio Branco, ainda contam com produções incipientes (GONÇALVES, 2018; DOURADO, 2017; TAVARES, 2016; VIEIRA, 2014).

De acordo com Padrós (et.al, 2009, p. 23-24) em termos de grandes análises de conjunto construídas a respeito do período ditatorial brasileiro, o Rio Grande do Sul tem em suas fronteiras com os países do Prata o ponto nevrálgico para a compreensão de seu papel e importância dentro da lógica do governo ditatorial. Pois essa particularidade territorial - e porque não social se encararmos a fronteira enquanto uma construção sociocultural para além das linhas demarcatórias dos estados nacionais - gerou cinco dinâmicas distintas nesse território, que embora complementares em termos analíticos, não são simultâneas em termos cronológicos. A primeira delas diz respeito à construção de uma espécie de zona de influência brasileira sobre o espaço Platino a partir do Rio Grande do Sul. Um segundo aspecto está relacionado à extrema sensibilidade da área em termos geopolíticos, tanto pela desconfiança em relação à Argentina quando pela presença de forças subversivas, tanto em nível interno quanto externo, nocivas a segurança nacional. O terceiro ponto é referente à fluidez desses espaços, que embora muito maior em se tratando da mobilidade dos agentes repressivos, também fora utilizado como um corredor rumo ao exílio e/ou rearticulação da resistência. O quarto aspecto está diretamente relacionado ao anterior, pois sendo o Uruguai o primeiro destino dos exilados políticos brasileiros, o trânsito pelas fronteiras gaúchas dos militantes que buscavam de alguma forma organizar um “contra-ataque” é frequente, sobretudo daqueles vinculados a figura de Leonel Brizola, ex-governador do estado, que ficaram conhecidos como pombos- correio. Por fim, a fronteira do Rio Grande do Sul fora ápice da atuação da coordenação repressiva contra cidadãos uruguaios, argentinos e brasileiros sendo frequente a troca de prisioneiros na fronteira, sequestrados por unidades repressivas do país no qual



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



estavam exilados (por vezes legalmente) bem como a ação de unidades estrangeiras em solo vizinho na busca por esses militantes, sendo a Condor o refinamento dessas ações.

Diante do exposto a “preocupação dos órgãos de segurança do Estado do Rio Grande do Sul com as fronteiras é outro tema que torna os estudos regionais sobre a ditadura como fundamentais para explicar este período da história do Brasil” (WASSERMAN, 2009, p.67), pois enfocando a vigilância nesses espaços se tem um possível vislumbre a respeito do modus operandis do alinhamento repressivo entre as ditaduras do Cone Sul, que pautadas na Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado geraram e disseminaram transfronteiriçamente um cotidiano de medo na região (PADRÓS, 2013).

Se perguntarmos a respeito da temática da ditadura em Jaguarão aos moradores que viveram no período nessa fronteira, o silêncio e a negação são respostas recorrentes. Esse posicionamento é no mínimo intrigante, pois sendo Jaguarão um espaço fronteiriço³ tido durante a vigência da Lei de Segurança Nacional enquanto área sensível aos interesses da Nação. A cidade pode ainda ser considerada um território extremamente militarizado e com uma fronteira de “fácil” acesso, ou seja, um município com um perfil sociocultural e espacial extremamente particular que naquele contexto interferiu diretamente na configuração da dialética Estado e Oposição na região.

Para Jelin (2002, p.27) “el pasado cobra sentido en su enlace con el presente en el acto de recordar/ olvidar”, onde nesse processo ativo, mecanismos sociais e psicológicos entram em cena. Merecendo destaque dois níveis de memória: a memória tranquilizante e a memória perturbação (PORTELLI, 2016, p.48). Vamos nos ater ao segundo caso, onde a memória pode ser incômoda, colocando a prova às certezas que nos tranquilizam. Esse tipo de memória escapa aos livros, manuais e museus, ela se infiltra pelos subterrâneos das narrativas oficiais, está presente nos murmúrios de corredores, nas confissões entre familiares, nas cumplicidades entre velhos camaradas, é aquilo que a sociedade não quer/ não pode ouvir, é desconfortável, inacessível a olhos e ouvidos desatentos. Para ouvi-las a história oral é uma ferramenta indispensável, gerando a oportunidade de narrar outras histórias possíveis.

³ O município é separado da pequena Rio Branco, departamento de Cerro Largo – Uruguai, pela Ponte Internacional Barão de Mauá que corta o Rio Jaguarão, limite este que pode ser facilmente vencido após cinco a dez minutos de caminhada. Durante a vigência da Lei 5.449 de 1968, passou a integrar a lista de pouco mais de duas dezenas de municípios gaúchos a serem afetados por esta.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Entretanto, nem sempre essas lembranças podem ser pronunciadas, principalmente se tratando de processos traumáticos onde por vezes a impossibilidade de explicá-las gera o silêncio (POLLAK, 1989) (JELÍN, 2002). Aspectos ligados à formulação de discursos acerca das memórias difíceis, como os elencados por esses autores em seus estudos, interferem diretamente nas narrativas a respeito do período ditatorial em Jaguarão. Entretanto, acrescidos a estes podemos citar elementos relativos ao perfil sociocultural desse espaço. A pesquisadora Elena Vieira (2018) em sua dissertação de mestrado buscou compreender alguns aspectos da formação dessa (des)memória na cidade. Pois, se tratando da elaboração da memória do período ditatorial algumas estratégias políticas e discursivas precisam ser lavadas em conta para que possamos compreender a solidificação de algumas memórias (VIEIRA, 2018, p.30),

no momento político da Ditadura brasileira houve uma intenção do governo em criar um ideal de nação que supostamente caminhava a passos largos para o progresso. Essa ideia, quando reafirmada muitas vezes, como, por exemplo, através da não-informação em meios de comunicação como televisão e rádio, ou a falta dessas discussões nos livros didáticos, corrobora com o processo de construção da memória de um indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, dada a força da memória coletiva imposta naquele período.

Assim pode-se considerar que a desmemória a respeito de algumas passagens desse período pode ser fruto do silêncio, do apagamento da própria história e /ou ainda o apagamento da memória. Pois, é “dos indícios pautados pela sistemática sonegação de informações, que vem sendo construídas as memórias coletivas e individuais” (VIEIRA, 2018, p.32), permanecendo enquanto explicação hegemônica “a história patrocinada pelo governo, sendo reafirmada com o intuito de fazer esquecer o período trabalhado” (p.34). Nesse sentido, podemos inferir, com base nos argumentos da autora que não há “falta de memória acerca de um tema”, mas sim a sistemática sonegação e apagamento forçado dessas narrativas, fazendo com que as memórias desse período sejam clandestinizadas. Ainda segundo a autora, (VIEIRA, 2018, p.98)

a clareza na percepção de que todos esses fatores combinados resultaram nas memórias locais. De um lado porque moldaram o modo de recordar, através de notícias prósperas no que se refere ao regime. E, por outro lado, porque demonstraram a relevância da repressão na fronteira, e asseguraram que o silêncio se mantivesse presente, mesmo após mais de 50 anos do golpe. [...] Na busca por pessoas as quais pudessem sanar tais necessidades sobre o tema, e que aceitassem dar o seu depoimento, foram encontrados vários silenciamentos e negativas. Apesar dessa dificuldade exposta, claramente se



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



percebe que, nessa pequena comunidade, é bastante corriqueiro que as pessoas possuam alguma informação ou indicação de locais referentes a determinados temas da cidade. O ponto principal, então, foi fazer esses possíveis depoentes conversarem, contarem as suas histórias, memórias e a suas relações com o período militar. Confrontando o número de pessoas que aceitaram em prestar seus depoimentos, com aquelas que foram contrários a tal cometimento, conclui-se que as pessoas pertencentes à geração de cidadãos jaguarenses que vivenciou o período militar, em boa parte não quer ou ainda não se sente confortável para falar sobre o assunto.

Esses silêncios explicam, em certa medida, o surgimento de grandes mitos sobre o período ditatorial, uma vez que, esse panorama de silêncios estruturalmente impostos gera muitas das controvérsias a respeito da ditadura civil-militar brasileira que perduram em nossa democracia. E nesse aspecto, um mito que nos afeta diretamente é o de que *a repressão foi coisa apenas de cidade grande*, pois trazendo essa perspectiva para a realidade do espaço em questão vamos ouvir entre a população afirmativas como: *aqui não houve ditadura, foi um período bom porque era seguro*. E há ainda, aqueles que embora possam não concordar com essas afirmativas as propagam por conveniência, “nossa família não trata este tema, não somos orgulhosos do período e queremos que fique no passado” conforme afirmou um dos potenciais depoentes de Vieira (2018). Pois, afirmativas erradas ou passagens silenciadas estão psicologicamente “corretas”, uma vez que toda a produção em história oral liga-se a memória do vivido.

IDAS E VINDAS PELA FRONTEIRA: JAGUARÃO NA ROTA DOS PASSAGEIROS DA LIBERDADE

Como apontado anteriormente, O Estado do Rio Grande do Sul é reconhecido e apresentado pela literatura especializada como um espaço de trânsito fronteiriço, tanto de agentes repressivos como de setores ligados à resistência que buscavam no país vizinho segurança ou a rearticulação de suas lutas durante a ditadura civil-militar brasileira. Todavia, embora sejam apontadas as travessias por essas fronteiras, pouco ou nada se fala nestas enquanto atividades altamente complexas, e menos ainda são pensados as articulações tecidas entre os atores sociais e seus esforços despendidos para o êxito dessa atividade.

Nesse cenário, dois conceitos são chaves fundamentais para que possamos entender como que uma pacata cidade fronteiriça do interior do estado ganha papel fundamental na



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



articulação de um amplo esquema de resistência nacional e internacional. Primeiramente nos atentaremos ao conceito de redes de mobilidade, que pode ser compreendido enquanto um pequeno recorte dentro da dinâmica organizacional das redes de solidariedade estabelecidas no período em questão. Partindo da percepção das redes de solidariedade enquanto uma ampla linha que vai desde o comando central da organização até a acolhida no país de destino passando por diversos grupos de trabalho, que são compreendidos aqui enquanto micro estruturas responsáveis por auxiliar e salvaguardar vidas ao longo do trajeto. Nessa perspectiva, atribuímos aos grupos atuantes na fronteira o conceito de redes de mobilidade, por serem estas peças fundamentais na operacionalização das Travessias. Conceito este, que é complementar ao de redes de mobilidade, sendo também uma das chaves interpretativas da presente discussão. Este processo de Travessias está muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, é fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota, até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizam com a causa, chegando por fim, até a atuação das redes de mobilidade residentes na fronteira.

Partindo da ideia de que certos contatos dotados de influência local tornavam mais seguro tal processo de Travessia, e que cada vez mais diante do arroxco da repressão esses indivíduos se tornam peças vitais para o êxito dessa atividade. Gostaríamos de exemplificar tal hipótese a partir do cruzamento de dois relatos que se encontram dentre as fontes desse estudo. No cruzamento das falas do Padre Caponi⁴ com as falas dos dirigentes da célula Pelotas da Ação Popular⁵, foi revelado um dos aspectos cruciais para o entendimento de como algumas redes de mobilidade se mantiveram atuantes por tanto tempo em uma cidade tão pequena como Jaguarão. Ao questionarmos os dirigentes da AP Pelotas a respeito do fluxo de passageiros com destino à Jaguarão, fomos informados da realização de sete travessias por essa fronteira. Entretanto, ao lançarmos semelhante questionamento ao Padre, este nos relatou

⁴ O padre Caponi foi pároco em Jaguarão durante as décadas de 1960 e 1970. Exerceu significativa atividade pastoral junto a setores carentes do município, e desempenhou papel central na articulação de esquemas de Travessia por essa fronteira durante o período que nela residiu. Para maiores informações sugerimos a leitura de Gonçalves (2018).

⁵ A AP foi um grupo de enfrentamento não armado à ditadura. É oriunda de quadros ligados a Igreja Católica (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) e atuou no Rio Grande do Sul até o começo dos anos 1970, quando começa a sofrer sucessivas baixas e logo é desmantelada pela repressão. Nos anos finais de sua existência, 1968 e 1970, a AP organizou uma Operação Fronteira para a retirada do País de seus quadros “queimados”.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ter acolhido em sua paróquia cerca de quinze pessoas, se referindo apenas aos brasileiros auxiliados até 1977.

Como essas identidades não eram reveladas por motivos de segurança, nos é impossível precisar por qual rota, ou de qual organização esses quinze indivíduos eram oriundos. Entretanto, não é esse aspecto quantitativo o ponto mais relevante desse cruzamento de informações, mas sim o fato de que a participação de figuras influentes da cidade de Jaguarão fora fundamental para que tudo desse certo durante o processo de Travessia. Como podemos perceber, a dialética entre Estado e oposição é significativamente condicionada pelas particularidades locais no que tangem as relações estritamente pessoalizadas tecidas nas cidades interioranas. Segundo o entrevistado 1, que terá sua identidade preservada, as ações do exército na Ponte Internacional Barão de Mauá eram pontuais, durante as quais seu grupo de trabalho só fazia parar “gente e carros estranhos, de fora da cidade” (ENTREVISTADO 1, 2018.). Diante do exposto, podemos inferir serem essas sutilezas e particularidades presentes nas relações pessoais, sociais e culturais estabelecidas nesse espaço fronteiriço, o ponto nevrálgico para a compreensão do êxito que estas redes de mobilidade obtiveram no auxílio a Travessia para o Uruguai daqueles que no Brasil eram perseguidos por motivos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais pontos que denotam a singularidade e importância da regionalização dos estudos a cerca desse período para a melhor compreensão da experiência ditatorial brasileira como um todo, pode-se citar para o caso gaúcho, suas particularidades geopolíticas e culturais, sendo o Rio Grande do Sul o único estado brasileiro limítrofe com o Uruguai, mantêm-se nesse território laços de forte sociabilidade forjados historicamente desde a ocupação destes espaços, gerando uma dinâmica social singular nessas localidades aspecto que reflete diretamente nas dinâmicas entre Estado e oposição nesses territórios.

No entanto, conforme demonstrado os estudos regionalizados (fora do eixo Rio de Janeiro/ São Paulo) podem ser considerados uma novidade historiográfica das últimas décadas. Entretanto, embora tenham ocorrido significativos avanços ainda é incipiente a produção de reflexões a cerca das cidades de interior e pequeno porte durante esse período. Nesse cenário, fora dos muros da academia, ao pensarmos na história de Jaguarão esta ainda é



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



narrada a partir do olhar do charqueador, do coronel, dos feitos heroicos dos bravos militares que defenderam essa fronteira ao longo dos séculos e de tantos outros personagens “ilustres de uma elite local” branca, abastada e predominantemente masculina. Todavia, tal concepção começa pouco a pouco a ser modificada a partir das produções desenvolvidas pelos graduandos/ graduados da licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão, que tem contribuído significativamente para desvelar as memórias subterrâneas dessa fronteira.

Entretanto, não se trata aqui de serem criados novos heróis, desses que a História oficial já tem aos montes, mas sim de desclandestinizar memórias difíceis e falar daqueles protagonistas que se destacaram entre as massas e fizeram de alguma forma diferença em um contexto onde era mais fácil baixar a cabeça e repetir sem contestar - *sim senhor!* E embora o presente trabalho não seja dotado de bandeiras explícitas de lutas a cerca das reparações omitidas pelo Estado no que tange os danos sofridos por militantes contrários ao regime e/ ou seus familiares, mesmo assim ele se configura em uma produção comprometida com aqueles que dedicaram suas vidas a lutar por uma conjunta social mais justa, procurando demonstrar a partir do estudo das Travessias uma das margens de resistência e rearticulação que esses indivíduos lançaram mão frente às imposições da ditadura. *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!*

REFERÊNCIAS

ASEFF, Marlon Gonzales. **Retratos do exílio:** experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974). 2008. 203f. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

ASSUMPCÃO, Marla. Barbosa. **A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional:** repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968). 2011. 95f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

_____. **A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das**



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973). 2014. 265f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina:** Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: ANPUH, 2012.

DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. **A ditadura civil-militar e o movimento estudantil em Jaguarão.** 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Entrevistado 1. **Travessia-** o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco-Uruguaí na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Notas de campo feitas pela autora.

ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton (Orgs.). **Sombras no extremo sul:** luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

FICO, Carlos. **Ditadura militar:** prefácios, palestras e posts. Ebook Amazon, 2020.

_____. Ditadura Militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: **Tempo e Argumento.** V.9, n.20, jan/abril. 2017.

_____. **O golpe de 1964 momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História.** Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun. 2012.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Travessia - O protagonismo da fronteira Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973).** 2018. 62f. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI, 2002.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita do passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): História e memória.** - Porto Alegre: Corag, 2009. 4 V.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditaduras de Segurança Nacional em regiões de fronteira: O Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História:** Conhecimento histórico e diálogo social. Rio Grande do Norte, 2013.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



_____. História do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n° 57, p. 863-902, 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.03-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Ridenti, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 53-65.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre a História e a historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: **Vestíios do Passado a História e suas fontes**. Anais letrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre, 2008.

SOSA, Ana María González. Memoria y Testimonios: uso de testimonios orales en los Museos de la Memoria del Cono Sur Americano. **Revista Norus**, v. 8, n. 13, 2020, p. 28-54. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/18918>.

TAVARES, Renata de Paiva. “**Aí Vem Estes Verdinhos Incomodar!**”: A Censura no Jornal A Fôlha de Jaguarão no Período da Ditadura Civil-Militar Brasileira. 2016. 37f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS**. 2018. 113 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. UFPel.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” in: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.); **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2009. V.1. Capítulo. 2, p.51-70.

Webinar História em Quarentena Semana 2: **Violência de Estado e autoritarismo - 56 anos do golpe**. Webinar apresentado por Caroline Silveira Bauer “Rememorar a ditadura 56 anos após o golpe”. [S. l.: s. n.], transmitido no dia 30/03/2020. 1 vídeo (1h 6min 47seg) Disponível em: https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active_tab=discussion. Acesso em: 30/08/2020.